

**HABEAS CORPUS Nº 548.276 - SP (2019/0355460-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : PATRICIA MARYS DE ALMEIDA GONCALVES  
**ADVOGADO** : PATRÍCIA MARYS DE ALMEIDA GONÇALVES - SP169686  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : MAURO AMANCIO RODRIGUES JUNIOR (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MAURO AMANCIO RODRIGUES JUNIOR contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido na Apelação Criminal n.º 1500373-22.2018.8.26.0617.

Consta dos autos que o Paciente foi condenado, como incurso no art. 157, § 2.º, inciso II, do Código Penal, à pena de 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial fechado, além do pagamento de 13 (treze) dias-multa (fls. 23-29).

Contra a sentença, a Defesa interpôs apelação, que foi desprovida (fls. 45-54).

Daí o presente *mandamus*, por meio do qual a Impetrante sustenta que o Paciente faz jus a iniciar o cumprimento da reprimenda privativa de liberdade em regime mais brando, porquanto o fechado foi imposto tão somente em razão da gravidade abstrata do delito pelo qual foi condenado, com base nas circunstâncias próprias do tipo.

Requer, liminarmente e no mérito, a fixação do regime inicial semiaberto.

É o relatório inicial.

Passo a apreciar o pedido de provimento urgente.

No caso, o Juízo sentenciante, ao estabelecer o regime fechado para início de cumprimento de pena, consignou que (fls. 27-28):

"[...]

*No mais, estabeleço o regime inicial FECHADO para ambos, em consonância, inclusive, com sedimentada jurisprudência do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Já se decidiu, entendimento ao qual acompanho, que 'O regime fechado é o único adequado. A hipótese é de roubo qualificado, delito que traz marcante intranquilidade à sociedade. Destaque-se que o acusado se associou a outro agente com a finalidade de cometer o crime, agindo armado e mantendo as vítimas sob grave ameaça, além de submetê-las a momentos de terror. Tais circunstâncias denotam clara periculosidade e ousadia desmedida, e autorizam, sim, o encarceramento mais*

severo na fase inicial de cumprimento da pena corporal. Anote-se que a fixação da base no mínimo legal não assegura ao acusado a fixação de regime prisional mais favorável' (*Apelação nº 0024185-27.2014.8.26.0224, em 7ª Câmara Criminal Extraordinária do Tribunal de Justiça de São Paulo. Relator Desembargador PINHEIRO FRANCO, j. 13/09/2017*)."

A fixação de regime mais gravoso deve ser feita com base em fundamentação concreta, a partir das circunstâncias judiciais dispostas no art. 59 do Código Penal ou de outro elemento que demonstre a extrapolação da normalidade do tipo. Nesse sentido, são os enunciados das Súmulas n.ºs 440 do STJ, 718 e 719, ambas do STF, que assim dispõem, respectivamente:

*"Fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito."*

*"A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada."*

*"A imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea."*

O art. 33, § 2.º, alínea *b*, do Código Penal dispõe que **"o condenado não reincidente, cuja pena seja superior a 4 (quatro) anos e não exceda a 8 (oito), poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime semiaberto"**.

Ademais:

*"A grave ameaça ou violência, o emprego de arma de fogo e o concurso de agentes são elementos inerentes ao tipo penal e à causa de aumento, não servindo para impor modo de resgate mais gravoso do que aquele previsto no artigo 33, § 2º, do CP, haja vista tais circunstâncias já terem sido sopesadas pelo legislador quando da definição das penas em abstrato" (AgRg no REsp 1.563.247/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 11/03/2016).*

No caso, o Paciente é primário, não tendo sido valorada negativamente nenhuma vetorial do art. 59 do Código Penal na fixação da pena-base (fl. 27) e imposta a pena final de 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, **cabível o regime segundo o**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**quantum da pena aplicada, portanto, o semiaberto**, uma vez que a fundamentação lançada na sentença condenatória para fixar o regime inicial mais gravoso não extrapola o tipo penal do crime de roubo majorado.

Ante o exposto, DEFIRO o pedido liminar para determinar, até o julgamento final do *writ* e se por *al* não estiver preso, a imediata transferência do Paciente para o regime prisional semiaberto, com aplicação das respectivas regras.

Oficie-se, com urgência, ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e ao Juízo de primeiro grau.

Devidamente instruídos os autos, dispense o pedido de informações.

Ouçá-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora